

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA**
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e
4 vinte e um, às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se de forma híbrida a Comissão de
5 Orçamento e Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI,
6 com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva, coordenador da Assessoria de
7 Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: André Martins Biancarelli, Edson
8 Tomaz, José Luis Pio Romera, Luiz Carlos Zeferino, Marisa Masumi Beppu e Wagner
9 de Melo Romão. Compareceu também a representante docente suplente Heloise de
10 Oliveira Pastore Jensen. Havendo quórum, o SENHOR PRESIDENTE dá início à
11 Centésima Quadragésima Sétima Reunião Ordinária da Comissão de Orçamento e
12 Patrimônio, realizada de forma híbrida, com parte dos membros na sala do Consu e parte
13 acessando de forma remota pelo Zoom. Submete à apreciação a Ata da 2ª Reunião
14 Extraordinária, perguntando se há observações; não havendo, submete à votação a
15 referida Ata, que é aprovada por unanimidade. Passa à Ordem do Dia, com 02 itens,
16 informando que vai inverter a ordem que está na pauta: coloca para discussão o item 02
17 – 01-D-35418/2021 (d) – Calendário das reuniões da COP para 2022 – Informação
18 Aeplan nº 1.030/21, consultando se há observações. Não havendo, submete à votação o
19 calendário, que é aprovado por unanimidade. Passa ao item 01 – 01-D-35411/2021 (d) –
20 Proposta de Distribuição Orçamentária da Unicamp 2022, com Demonstrativo
21 Receitas/Despesas – Informação Aeplan nº 1032/2021. Imagina que todos puderam ler o
22 documento, realmente tiveram números bastante expressivos em 2021 em termos de
23 arrecadação de ICMS, que apresenta um crescimento de 28% sobre a base 2020 em
24 termos nominais, mas mesmo descontando a inflação, o IPCA do IBGE, ainda é uma taxa
25 de crescimento expressiva de 18%. Ainda é uma previsão, porque precisam fechar
26 novembro e dezembro, é uma arrecadação em torno de R\$2,914 bilhões, receitas do
27 Tesouro, ICMS, que representa também um número bastante significativo de crescimento
28 sobre 2020. Olhando para os números com que estão trabalhando a partir da sinalização
29 da LOA, para uma arrecadação de R\$142,8 bilhões, que é a quota-parte do estado, na qual
30 tem a distribuição das universidades, sendo a da Unicamp de 2,1957%, isso daria um
31 valor, como consta na proposta, de R\$3,135 bilhões milhões, um crescimento nominal de
32 7,6% sobre 2021, lembrando que os números de 2021 ainda são preliminares. Se
33 considerarem o IPCA do período, teriam uma queda em torno de 1,5%. A pergunta mais
34 importante é até que ponto podem tomar como parâmetro 2021 para esse forte
35 crescimento, tanto nominal quanto real da arrecadação para 2022. Como já mencionou, o
36 crescimento nominal esperado com que estão trabalhando é bem menor, não são os 28%,
37 são 7,6%, admitindo um crescimento do PIB para 2022 da ordem de 1%, e lembrando
38 que as expectativas mais recentes, inclusive do próprio Banco Central, são de que o
39 crescimento em 2022 deverá ficar na ordem de 5%, 5,3% em relação a 2021. Então, é

1 uma desaceleração bastante significativa no crescimento em 2021 para 2022. Por outro
2 lado, a projeção com que vem trabalhando o governo do estado é de uma inflação em
3 torno de 5%, 4,97% para 2022, que seria uma redução pela metade da taxa atual que está
4 rodando em 10%. Devem ter acompanhado esta semana a aceleração, inclusive são 30
5 anúncios seguidos de reajuste para cima na taxa de inflação ao longo de 2021. Então esse
6 crescimento estaria sustentado muito mais na taxa de inflação, da ordem de 5%, do que
7 de um crescimento econômico da ordem de 1%. Mas esses números parecem-lhes entre
8 realistas e conservadores, em relação à arrecadação, e alguns fatores permitem não só que
9 imaginam fechar aqui 2021 com um valor até superior esse que vem sendo projetado, de
10 R\$2,9 bilhões, como não lhes parece tão plausível a ideia de que a inflação venha tão
11 cedo para esse patamar de 5%, o que do ponto de vista da arrecadação representaria talvez
12 um crescimento nominal ainda maior. Dentre alguns fatores que podem influenciar de
13 forma positiva ou negativa a arrecadação em 2022, um deles certamente é a preocupação
14 grande, dentro dos fatores que podem surpreender negativamente, com revisão das
15 alíquotas do ICMS, sobretudo para energia e combustíveis. Mas também a questão das
16 desonerações os preocupa. Acha que existe uma visão um pouco equivocada de qual é o
17 principal fator de arrecadação de ICMS em São Paulo; falam muito sobre preços
18 administrados em termos da energia e do combustível, mas ainda é, disparadamente, a
19 indústria que vem sendo o principal setor de arrecadação e, mais do que isso, a
20 arrecadação de ICMS na indústria paulista no período de janeiro a outubro. Segundo o
21 relatório da receita tributária da Secretaria da Fazenda e Planejamento, no período de
22 janeiro a outubro, o crescimento de ICMS na indústria foi de 40%, para aquela média de
23 28%, enquanto no caso dos preços administrados esse crescimento ficou na ordem de
24 19%. Então, desonerações importantes na área industrial também podem ter um impacto
25 negativo na arrecadação. A questão da pandemia também ainda é cercada de muitas
26 incertezas; e o quadro externo que, de bastante positivo no primeiro semestre de 2021, já
27 sinaliza para uma mudança importante, inclusive até do ponto de vista da pandemia
28 internacionalmente em algumas economias, como nas economias europeias. Então esses
29 seriam alguns fatores negativos que, de alguma maneira, trazem ainda muitas incertezas
30 do ponto de vista sanitário, do ponto de vista financeiro, para esse cenário. O ponto
31 positivo já ressaltou: a inflação do ponto de vista da arrecadação favorece, ela deve se
32 reduzir desse patamar de 10%, mas mesmo que permaneça no patamar de 5%, ainda é
33 bastante elevada e favoreceria. E por ser ano eleitoral, as principais empresas de
34 consultoria apostam também em uma elevação dos investimentos, e mesmo em reajustes
35 salariais que beneficiariam o crescimento da economia, contrastando com esses outros
36 aspectos negativos. Além do recurso do tesouro, o informe traz também uma perspectiva
37 de crescimento na receita própria da ordem de R\$70 milhões, em grande medida pelo
38 aumento das reservas da Universidade, mas também por uma elevação de taxas de juros,
39 que saiu do patamar de 2% e já está rondando em torno de 10%, fazendo com que os

1 rendimentos nominais também se ampliem de forma significativa. Com isso, a receita
2 total para 2022, como consta do informe, crescerá da ordem de 8,2%. A preocupação da
3 Aeplan e da PRDU foi como alocar, como orçar esses R\$3,2 bilhões previstos,
4 sempre seguindo aquele princípio em que têm insistido em todas as reuniões aqui na COP
5 e também nas outras câmaras superiores da Universidade, de manter a responsabilidade
6 social, de tentar recuperar as políticas de valorização pessoal, mas mantendo sempre uma
7 responsabilidade fiscal e o compromisso do equilíbrio orçamentário. Isso está nos seus
8 princípios no que se refere à forma de alocar e orçar esses recursos da ordem de
9 R\$3,2 bilhões. Dentro dessas demandas, e seguindo esse compromisso da
10 responsabilidade com o desenvolvimento institucional, elenca os três eixos principais da
11 alocação dos recursos: de um lado, a valorização profissional e pessoal, lembrando que
12 aprovaram lá atrás recursos para progressão da ordem de 1,7%, a serem sancionados, e
13 foi uma sugestão da simulação do quanto ficaria a necessidade de recursos para as
14 progressões das três carreiras da Universidade, da ordem de 1,7% da arrecadação. Então
15 os números estão na ordem de R\$50 milhões. Também o reajuste do vale-alimentação,
16 que a partir de janeiro passará a ser de R\$1.270. Além disso, já estão orçadas as
17 contratações, e chamaria a atenção para o represamento das contratações que foram
18 interrompidas pela lei complementar 173, todas elas devidamente consideradas na PDO.
19 Além do eixo da valorização pessoal, progressão, reajuste, contratações, houve uma
20 preocupação muito grande de retomar, com toda a cautela necessária, os investimentos
21 em infraestrutura na Universidade, pois há uma necessidade muito grande dessa
22 recuperação. Solicitou ao senhor Thiago detalhar um pouco mais, sabe que as demandas
23 são inclusive superiores ao que foi possível ser atendido na proposta de distribuição
24 orçamentária, mas já há um esforço bastante significativo em termos desses valores para
25 infraestrutura, desde os recursos que vão ser direcionados e administrados pela Depi com
26 base na metodologia, nas prioridades, mas também dentro dos projetos especiais e
27 projetos estratégicos, que depois podem detalhar. Chama a atenção para alguns: o Plano
28 de Atualização Tecnológica, que lhes parece fundamental, no valor de R\$22 milhões, o
29 próprio recurso para retomada segura e os investimentos em tecnologias de informação,
30 salas de aula, equipamentos que estão sendo testados, tudo isso representou recursos
31 também bastante significativos. A própria Depi está recebendo um aporte maior de
32 recursos para os seus investimentos, da ordem de R\$20 milhões. Lembra que já haviam
33 aprovado na COP, para o exercício de 2021, outros R\$20 milhões. Portanto, há um
34 esforço muito grande da Universidade de tentar iniciar um processo de recuperação dos
35 seus investimentos em infraestrutura. Esses três eixos estão no orçamento, portanto não
36 estão mexendo nas reservas estratégicas; tudo o que estão anunciando aqui está dentro da
37 expectativa de arrecadação para 2022. Mas há um compromisso já assumido aqui na COP,
38 com sugestão de vários membros, para a elaboração de um plano plurianual para esses
39 investimentos em infraestrutura, que anunciarão talvez no início de 2022, pensando como

1 uma retomada para grandes investimentos na Universidade, e para isso especificamente
2 utilizariam as reservas, mantendo, evidentemente, a reserva estratégica. E, para isso,
3 iniciaram há três meses, e estão em fase bastante avançada, um acordo com a Caixa
4 Econômica Federal, que como todos sabem possui uma grande *expertise* na questão tanto
5 de elaboração de projeto, quanto na execução de obras de pequeno e grande porte. Essa
6 vai ser uma parceria de duas instituições públicas importantes, e que ajudará muito a dar
7 uma maior segurança nesse processo de avanço nos gastos com a infraestrutura e acelerar
8 as obras da Universidade, que têm sido um problema histórico. Acha que com esse acordo
9 fortalecerão vários órgãos da Universidade, ganham muito com isso a Depi, a DGA e a
10 Universidade como um todo, trazendo uma parceira que é, certamente, o principal órgão
11 em relação a obras no país. E para fechar, no terceiro eixo, observa que a PDO contempla
12 também volumes maiores para a assistência e permanência estudantil. Estão atingindo um
13 patamar histórico de R\$101 milhões de recursos alocados para assistência e permanência
14 estudantil, dos quais R\$51 milhões em bolsas. Essa é uma questão muito importante, um
15 processo que se iniciou na Universidade já há alguns anos, de inclusão de cotas, e diante
16 de uma crise como esta que o país vivencia, cabe à Universidade criar as condições para
17 a permanência estudantil. Sabem que nenhuma dessas três dimensões estão atendidas
18 como seria o interesse da comunidade, nem na questão da valorização pessoal, nem na
19 questão da infraestrutura, nem na questão dos recursos à permanência estudantil, mas é o
20 que cabe no orçamento e o que respeita a combinação que já mencionou aqui entre
21 responsabilidade social e fiscal. Foi um desafio para a Aeplan e para a PRDU orçar as
22 despesas para o exercício de 2022. Diferente de outros anos, ocorreu uma ruptura muito
23 importante por conta da pandemia em 2020 e 2021, que provocou, evidentemente, uma
24 redução em alguns custos importantes na Universidade, sobretudo em contratos. Os
25 serviços de alimentação, transporte, limpeza etc., que vão ser recuperados, certamente
26 serão incrementados com a retomada integral das atividades presenciais ao longo de 2022.
27 Por isso tiveram de tomar como parâmetro 2019 e não 2020 e 2021, evidentemente
28 atualizando esses valores para chegar em 2022 com essa aceleração da inflação. Então,
29 ao contrário de outros momentos, a PDO não se limitou apenas a olhar o ano anterior,
30 tiveram de adotar essa metodologia para orçar melhor esses gastos com energia, água,
31 transporte, restaurante universitário, entre outros. Solicita a compreensão dos membros
32 da COP para a preocupação com o equilíbrio fiscal. Tentaram atender, dentro do possível,
33 de uma forma que acreditam que seja equilibrada, esses três pilares, da valorização
34 pessoal, da assistência e permanência estudantil, e da infraestrutura, em um processo de
35 retomada, tendo uma diretriz já importante, mas obviamente que não atende a todos os
36 anseios, todas as demandas, mas é o que seria possível dentro desse planejamento e dentro
37 das expectativas de receitas e despesas para 2022. Solicita ao senhor Thiago que detalhe
38 um pouco mais a proposta de distribuição orçamentária de 2022, e depois abrem a palavra
39 para tirar as principais dúvidas. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA inicia a

1 proposta orçamentária apresentando as receitas, que foram baseadas no Projeto de Lei
2 Orçamentária Anual. Lembra que é considerado o real arrecadado até julho, além das
3 previsões até o final do ano e o que o governo estimou de PIB e inflação. Então alguns
4 desses dados podem estar um pouco desatualizados, como o professor Fernando Sarti já
5 citou, no que se refere ao crescimento da arrecadação, que portanto pode ser um pouco
6 conservador por causa disso. O anexo 12 do projeto de lei apresenta a quota-parte do
7 estado e o valor de R\$3,137 bilhões de arrecadação do ICMS, destinado à Universidade,
8 e estimaram a receita conforme o estado apresenta. Descontando os 25% da quota-parte
9 dos municípios, mais os valores destinados aos programas habitacionais, a arrecadação
10 de ICMS líquido apresentada nessa proposta é de R\$142,9 bilhões. Em comparação com
11 o ano de 2021, considerando os condicionados iniciais da proposta de 2021, começam o
12 ano com uma arrecadação menor que R\$120 bilhões, passam para R\$132,6 bilhões e já
13 estão trabalhando com R\$142,9 bilhões, apresentando um crescimento nominal de quase
14 8% entre o valor oficial da segunda revisão e a proposta orçamentária de 2022. Como o
15 professor Sarti já citou, fica claro que desde julho estão arrecadando, conforme aparece
16 na coluna em azul, um valor maior do que tinha sido pensado na linha referente à segunda
17 revisão orçamentária, o que os leva a crer que esse valor de arrecadação, hoje estimado
18 em R\$132,6 bilhões, vai ficar em um valor muito superior, entre R\$137 bilhões e R\$138
19 bilhões, o que faz com que a arrecadação de 2022 tenha um crescimento menor do que
20 qualquer índice de inflação projetado para o período. A arrecadação da Unicamp fecha
21 exatamente em R\$3,137 bilhões, considerando ICMS e tesouro do estado. Nos gráficos,
22 é possível ver que tanto na arrecadação total, quanto na quota-parte da Universidade, em
23 valores reais, esses valores estão muito próximos de 2021, então os valores reais
24 apresentam um baixo crescimento, e considerando um pouco menos do que a inflação, o
25 que dá a entender que esse valor possa ser atingido e até ultrapassado durante o exercício.
26 Sobre os recursos próprios, o valor sobe para R\$70,7 milhões, principalmente pelas
27 aplicações financeiras, e volta a citar que os R\$70 milhões são os dados que estão
28 previstos na LOA. Como fazem essa previsão orçamentária em julho, grande parte do
29 aumento da taxa de juros dos últimos meses não está aqui contemplada. Fazem uma
30 projeção, mas se forem refazer esse cálculo, provavelmente esse valor será maior na
31 primeira revisão orçamentária, mostrando também um pouco de conservadorismo nesse
32 número. Há um crescimento total por volta de 8% de 2021 para 2022, mostrando esse
33 crescimento que o professor Fernando já comentou. Ressalta que o saldo bancário não
34 será utilizado nem em 2021, nem em 2022, com os dados dessa proposta orçamentária, e
35 no início de 2022 vão fazer a proposição de um plano plurianual de investimento para
36 promover o desenvolvimento institucional. Tratando das despesas, diz que já aparece um
37 crescimento muito maior que o da receita, até pelo fato de que em 2021 ainda estão com
38 as despesas contidas em razão do isolamento necessário no início do ano e com isso as
39 aulas terem continuado de forma remota. Então, apresentam também uma proposta que

1 recupera esses valores, permitindo a retomada total da Universidade. Dividindo grupo a
2 grupo, apresenta que no Grupo I – Pessoal já estão estimadas todas as contratações que
3 foram aprovadas na CAD, pensando nessa liberação após o fim da lei complementar 173.
4 Aqui já entra a possibilidade de subir de valor o Auxílio-Alimentação para R\$1.270 e
5 também reajustar o Auxílio Criança e o Auxílio-Educação Especial, para R\$800 e
6 R\$1.050, respectivamente. Além disso, um valor acrescido que não existiu em 2021 por
7 causa da lei complementar 173, R\$60 milhões para novas contratações, que passarão
8 ainda pela CAD, e os valores da progressão. Vão acabar fazendo um refinamento nesses
9 valores no início de 2022 e separando-os; provavelmente na primeira revisão
10 orçamentária já estará esse valor separado, atendendo a todas as necessidades da
11 Universidade. No Grupo II – Juros, Encargos, Amortizações e Sentenças Judiciais, há um
12 crescimento baseado no aumento do número de precatórios que serão pagos em 2022. O
13 Grupo III – Despesas de Utilidade Pública mostra que o patamar de despesa da energia
14 elétrica está constante, e a razão é que 70% dos gastos vêm do contrato que a Universidade
15 faz no mercado livre de energia elétrica. Portanto, esses aumentos de energia elétrica dos
16 últimos meses não impactarão 2022, mas em 2023 terão um novo contrato, então talvez
17 esse valor tenha um impacto maior. Por outro lado, a água este ano já apresenta todo
18 impacto inflacionário, o que aumenta as despesas. Seguindo para o Grupo IV –
19 Restaurantes e Transportes, diz que os impactos de crescimento se devem exatamente ao
20 aumento da inflação, aos reajustes. Transportes têm um impacto ainda maior, porque
21 houve algumas mudanças, novas licitações, e mesmo as linhas se mantendo as mesmas,
22 elas estão em um valor superior à inflação, então é o que explica esse aumento um pouco
23 maior. No Grupo V – Despesas Contratuais, assim como no caso do transporte, sofreram
24 isso na vigilância. Quando passam de um contrato de gastos de quase R\$25 milhões para
25 mais de R\$29 milhões, isso também foi devido à nova licitação dos serviços de vigilância.
26 No restante dos contratos da Universidade, aparece um impacto maior do que realmente
27 aconteceu nas inflações, e até naqueles pequenos acréscimos contratuais, porque houve
28 vários contratos que foram firmados na Universidade com recursos de custeio. Então,
29 muitos desses recursos de custeio vão aparecer aqui e no grupo de custeio é possível
30 perceber que o impacto está sentido como uma redução. No Grupo VI – Programas de
31 Apoio, as despesas para manutenção da infraestrutura tiveram seus valores aumentados
32 tanto na prefeitura como na SAR, pensando na utilização um pouco maior do *campus* no
33 ano que vem. Estão tentando recuperar e acelerar este ano algumas coisas que não
34 puderam ser feitas no passado devido à crise financeira. O Programa de Manutenção
35 Predial apresenta um acréscimo de 10% em todos os programas; em especial no programa
36 da área da Saúde, onde imaginaram que talvez fosse necessária uma manutenção um
37 pouco maior, esse reajuste não está de 10%, mas sim de 20% para os hospitais. Seguindo
38 as regras do programa, o Cotuca não seria beneficiado em 2022, porque como ele utiliza
39 os dados de 2020, e em 2020 o Colégio não estava no seu prédio original, ele está voltando

1 para lá agora em 2022, optaram por inserir o Cotuca dentro do PMP, para não ter perda
2 para nenhuma unidade, portanto foram acrescidos os valores referentes ao Cotuca. Então
3 fizeram uma suplementação de 10%, mais R\$75 mil do Cotuca. Na parte do Programa de
4 Manutenção Predial da Administração Central, pela primeira vez apresentam na proposta
5 os valores divididos pelos centros orçamentários da Administração Central. Esses valores
6 já estão sendo divididos pelos órgãos, e trataram apenas da área administrativa, até para
7 recompor essa parte predial somente pensando na área administrativa. Um órgão que
8 recebe grande parte é a PRG, porque lá estão todas as salas de aula do Ciclo Básico, então
9 essas salas também estão sendo contempladas ali. A assinatura de periódicos teve tanto a
10 variação pelo aumento do dólar, como aumento da contratação de periódicos, portanto
11 houve uma expansão física também dos periódicos. O Faepex teve a manutenção dos
12 valores, e o Programa de Qualificação Orçamentária está sendo reajustado em 10%, assim
13 como fizeram com a manutenção predial. Onde há um maior impacto é nos programas de
14 bolsas diversas e nos outros programas relacionados à atividade de ensino. Residência
15 médica teve uma pequena variação pela mudança do valor de alguns auxílios-
16 alimentação, então houve um impacto. Estão alterando o valor das cinco bolsas de auxílio
17 social: bolsa auxílio social, bolsa auxílio moradia, bolsa auxílio instalação, a emergência
18 e a Baef estão tendo reajuste de 10,06%, conforme foi solicitado após trabalho efetuado
19 pelo SAE e pela PRG. Esses auxílios já estão entrando na proposta com os valores
20 reajustados, e além do reajuste da bolsa especificamente, nas bolsas auxílio social, auxílio
21 moradia e auxílio transporte, está sendo proposto também um aumento na quantidade de
22 bolsas. Até para manter a isonomia, a bolsa de auxílio social do ensino médio também
23 está tendo valor reajustado em 10%, e destaca que a quantidade dessas bolsas está
24 passando de 60, em 2021, para 100 bolsas, pelo fato de os colégios estarem
25 implementando as cotas, e portanto serão mais necessárias as bolsas de auxílio social.
26 Também pensaram em manter uma proporção entre as bolsas dos colégios e as da
27 graduação. Pensando na retomada das aulas presenciais, as bolsas PED tiveram reajuste
28 de 10% no valor, e como ainda não sabem exatamente como serão as aulas, se serão
29 híbridas, concomitantes, provavelmente vão necessitar de uma quantidade maior de
30 PEDs, por isso estão fazendo uma suplementação dos valores totais de 20%, para atender
31 essa necessidade. Cada unidade vai ter uma necessidade diferente, então há essa novidade
32 nesse ano, que é um valor exatamente destinado à retomada. Acontece o mesmo
33 movimento com as bolsas PAD, que sofreram reajuste de 10% e também um apoio de
34 20%, uma suplementação de recursos para atender à retomada das aulas presenciais.
35 Como a bolsa do PAD muda, muda automaticamente a bolsa do PADEMT, que é o
36 Programa de Apoio Didático ao Ensino Médio, que também tem o valor reajustado em
37 10%. Apresentam um crescimento de recursos para a Educorp, que vai apresentar alguns
38 novos cursos ano que vem. Grande parte dos demais programas tiveram os valores
39 mantidos, porém o Programa de Internacionalização, durante a pandemia, foi reduzido

1 em 50% devido às dificuldades de viagem. Esses valores estão voltando aos patamares
2 anteriores, de R\$1,5 milhão, aproximadamente. No custeio da Universidade, Grupo VII
3 – Manutenção das Atividades Existentes, também estão aplicando um reajuste de 10% no
4 custeio de todas as unidades. O valor final da proposta de 2022 não reflete esses 10%
5 exatamente porque alguns desses valores foram transferidos para contratos, para
6 ampliação física de contratos. Entrando no Grupo VIII – Projetos Especiais, ressalta que
7 pela primeira vez, após todo esse período de crise, a Universidade volta a ter uma reserva
8 de contingência. Ela deverá ser utilizada nos ajustes orçamentários, que podem ser
9 causados pela queda na arrecadação, como para reajuste salarial. O próximo item, reserva
10 técnica, tem o valor ampliado exatamente porque estão trabalhando com patamar de
11 inflação maior que o dobro do que iniciaram 2021, então esse valor é refletido exatamente
12 nesse patamar. Aqui, como o professor Sarti já disse, há o Plano de Atualização
13 Tecnológica Continuada, onde além dos valores que entraram nos últimos anos para os
14 *softwares* corporativos, os *softwares* essenciais para manutenção da Universidade, está
15 sendo proposta a volta do programa como ele foi concebido inicialmente, contemplando
16 a renovação do parque computacional a cada cinco anos, em órgãos da Administração
17 Central e área da Saúde. Além disso, permite investimentos na nuvem computacional,
18 muito necessários no momento atual, por ter mudado um pouco a forma de a Universidade
19 trabalhar internamente. O Programa de Aquisição de Livros para o Ensino de Graduação
20 permanece nos mesmos valores, ao passo que o programa de Reformas da Moradia
21 Estudantil está passando de R\$400 mil para R\$850 mil, que não serão os únicos valores
22 para a moradia, mas aqui essa parte de reforma já tem um valor bastante impactante. As
23 outras despesas estão praticamente no mesmo patamar. No Planejamento Estratégico, os
24 projetos estratégicos vão ter o valor aumentado para R\$17,7 milhões, conforme aprovado
25 pela Copei. O Programa de Retomada, visando à retomada segura da Universidade,
26 contará com R\$25 milhões. Houve manutenção dos valores nos Editais de Apoio aos
27 Cursos de Graduação e no Apoio aos Novos Programas Acadêmicos. A despesa de
28 aquisição de vacinas da gripe, como já entrava nos anos anteriores, foi apenas atualizada,
29 uma vez que em 2020 já tiveram uma despesa muito maior do que estava sendo prevista.
30 Aqui aparecem as duas novidades dos programas: uma são os Investimentos Aprovados,
31 no valor de R\$40 milhões, e a segunda é a volta da orçamentação dos prêmios
32 institucionais, para que novamente possa haver o prêmio em pecúnia. Os Investimentos
33 Aprovados, que chegaram a R\$25 milhões na segunda revisão como uma retomada dos
34 investimentos da Depi, mantendo aquela base de R\$15 milhões, na verdade eles não vão
35 para R\$40 milhões, eles serão R\$20 milhões da Depi e R\$20 milhões estão sendo
36 divididos em alguns itens preestabelecidos, entre os quais a implantação de medidas
37 contra incêndio, investimentos na moradia, SAE, Sappe, climatização de algumas áreas
38 dos hospitais, e alguns outros investimentos. Então já entram com a divisão de R\$20
39 milhões para a Depi e R\$20 milhões para esses projetos especiais. O Grupo IX – Despesas

1 com Receitas Próprias contém o valor que é devolvido às unidades de ensino e elas
2 acabam executando isso. E, por último, o Grupo X – Créditos a Conceder, cujo valor foi
3 para R\$204,5 milhões, muito em função da não execução desses recursos pelas unidades
4 e também porque muito do que foi colocado, principalmente para a retomada e para as
5 obras, não deu tempo de se executar neste segundo semestre, o que aumenta bastante
6 esses valores. Complementando, apresenta os valores de Assistência e Permanência
7 Estudantil, que pela primeira vez tem seu valor acima de R\$100 milhões, praticamente
8 R\$23 milhões a mais do que foi em 2021, o que é um ponto importante da proposta.
9 Também a assistência a servidores teve um crescimento elevado, indo para pouco mais
10 de R\$200 milhões. E, por último, apresenta as despesas com dotações orçamentadas
11 dentro da área da Saúde, dentro dos hospitais, fechando em um valor de R\$536 milhões,
12 praticamente, sendo que essas despesas tiveram um crescimento de quase R\$30 milhões.
13 Encerra a apresentação da Proposta de Distribuição Orçamentária de 2022 e se coloca à
14 disposição para perguntas. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que é muito
15 bom poder participar de uma reunião como esta, depois de tanto tempo em que tiveram
16 de discutir medidas muito difíceis. É um momento em que há recursos e podem planejar
17 de forma bastante aberta, bastante responsável, e ao mesmo tempo colocando os
18 elementos importantes de valorização. Sabem que precisam desse planejamento, então
19 manifesta sua satisfação em participar de uma reunião como esta. Viu que os elementos
20 estão muito bem colocados na proposta. A questão das contratações que estavam paradas
21 pela lei complementar 173 é muito importante para a oxigenação da Universidade, para
22 continuar suas atividades-fim. Há a questão específica que em algum momento terão de
23 contemplar, e acha que há espaço para isso, das reposições salariais, porque uma coisa é
24 fazer uma conversa com a inflação nominal no patamar de 1% e outra coisa é alcançar os
25 dois dígitos. Sabem que isso afeta muito fortemente a comunidade, principalmente os que
26 recebem menos, então precisam olhar com muito cuidado, muita cautela. Vê esses
27 elementos em um exercício importante, parabeniza a Aeplan e a PRDU pelo esforço de
28 tentar equilibrar o máximo possível todos esses pleitos, que estão bastante colocados ali.
29 A questão do vale-alimentação também, além da questão muito importante das
30 progressões e das contratações. Parabeniza pela iniciativa da discussão plurianual de
31 investimentos, que considera vital para que deem passos corretos para o futuro da
32 Universidade. O fato é que possuem uma governança que foi estabelecida para um
33 momento de contenção. Havia uma lista imensa de projetos na Aeplan, ela passou por um
34 crivo da PRDU, que fez reunião com todos os diretores da Universidade, foi passada
35 institucionalmente para a Depi, para a Copei. É claro que não podem entrar em euforia,
36 mas imaginando que existe uma derivada positiva nesse aspecto da arrecadação, é
37 importante que estabeleçam uma governança, que pode ser a mesma, passando também
38 pela Copei, para esse investimento. Embora isso fuja um pouco do âmbito da COP, é
39 importante ter em mente que o aumento de arrecadação está acontecendo no âmbito de

1 todo o estado, e dessa forma é importante que a Universidade também influencie, por
2 exemplo, talvez a partir da PRP, talvez a partir da PRPG, por exemplo, que a Fapesp
3 também foque em editais de infraestrutura importantes para a Universidade, sobretudo
4 aqueles que não estão no âmbito de apoio da Universidade, mais focados na manutenção
5 de equipamentos, que durante muito tempo ficaram represados. E como esse aumento
6 deve estar acontecendo também na Fapesp, porque é uma questão matemática do
7 crescimento da arrecadação, acha que devem fazer uma tratativa bem direta com esse
8 órgão, para que possam ter esses editais de infraestrutura sendo colocados também. É
9 claro que isso é mais ampliado, é daqui para fora, mas é importante. Também ressalta a
10 importante questão de colocar a área da Saúde da Unicamp na fila de conversas com a
11 Secretaria de Estado. Acha que precisam insistir muito para que consigam apoios
12 importantes, uma vez que acredita que esses apoios vão ser ampliados para os órgãos
13 assistenciais da Saúde que estão diretamente vinculados à Secretaria. E, por fim, acha
14 muito importante que tenham a questão da permanência estudantil sendo colocada na
15 forma de bolsas; vão experimentar a vinda presencial desses alunos, coisa que não estava
16 acontecendo durante a pandemia, então gostou muito de ler o texto colocado pela Aeplan,
17 de que há uma dificuldade de se prever inclusive a magnitude desses custos, uma vez que
18 há retomada. Então acha que isso está sendo tratado com bastante cautela, vê que,
19 sabendo-se que ano que vem é um ano eleitoral, quando há uma janela de prazo muito
20 curta para se fazer contratações, foram mantidas as possibilidades das discussões,
21 inclusive de novas vagas. Então acha que o trabalho de propositura da PDO começa com
22 uma tratativa muito boa. Tendo sido uma pessoa que passou por esse período em que
23 tiveram de apertar muito o cinto, este momento de planejar como retomar esses
24 investimentos na Universidade é muito importante, portanto parabeniza por essa proposta.
25 O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que com relação à receita, tem muito acordo
26 com a frase que está escrita no relatório, que a arrecadação do ICMS paulista apresentou
27 um forte deslocamento positivo em relação ao patamar atingido em 2019. Estão vivendo
28 um momento de forte crescimento na arrecadação, movimento esse que previram em 10
29 de junho, em uma reunião do Cruesp com o Fórum das Seis, que foi transmitida ao vivo
30 para as três universidades. Lá foi comentado que, no mínimo, ia dar R\$126 bilhões, que
31 era a avaliação do Fórum das Seis em relação à arrecadação. Naquele momento, foi
32 contestado pelas Reitorias, que ainda diziam que possivelmente teriam problemas para
33 reajustar o salário, e posteriormente veio parecer aceitando aplicação da lei complementar
34 173. As universidades poderiam ter dialogado mais, a presidência do Cruesp do professor
35 Vahan deixou muito a desejar em relação ao diálogo com as entidades, mesmo com uma
36 evolução de arrecadação nesse patamar. A Unicamp vai fechar o ano provavelmente com
37 mais de R\$1 bilhão em caixa. A Unesp, no último boletim que viu, estava com R\$985
38 milhões até setembro. A USP, mais de R\$2 bilhões, e reserva de R\$1,2 bilhão para o ano
39 que vem para reajuste. Ou seja, espaço para diálogo houve ao longo do ano, e teve

1 promessa do professor Vahan de reunir a comissão salarial e avançar nesse sentido, mas
2 depois foi dito que não poderiam porque a lei complementar 173 proibia até de discutir
3 para o ano que vem. Parabeniza as Reitorias pelo fato de as três estarem discutindo em
4 2021 reajuste de benefício e reserva para reajuste salarial. A lei não proíbe isso, faltou
5 bastante diálogo nesse período, e o arrocho salarial é muito grande. Hoje inclusive o
6 Fórum está reunido na ADunicamp, fechando a atualização da pauta, propondo 20% de
7 reajuste já em janeiro, e mais um plano de recomposição de perdas. Essas perdas, que
8 eram de 29% em abril, quando protocolaram a pauta, estão em 40,8%. Então, faz um
9 apelo para os reitores para que dialoguem com as entidades, porque essa discussão da
10 questão salarial pode e deve ser em outro patamar. Haver o diálogo, conversar e chegar
11 em um denominador comum. Em relação à arrecadação do ano que vem, concordam com
12 a análise que consta no Informe Aeplan, que com certeza será bem superior aos R\$142
13 bilhões de arrecadação do estado que estão colocados. É óbvio que existem várias
14 questões sendo discutidas em relação à alíquota de energia, à alíquota de combustível,
15 mas o Estado de São Paulo, segundo um artigo recente do próprio governador, deve
16 crescer 7,8%. Em 2020, enquanto o Brasil teve 4,1% de queda de PIB, São Paulo teve
17 crescimento de 0,4%, e a Fundação Seade, que o Dória vai extinguir, o que é uma pena,
18 prevê que o Estado de São Paulo cresça 2,6% no ano que vem, bem acima do que o
19 mercado está dizendo que vai crescer, 1% ou 2%; o Ministério da Fazenda está dizendo
20 que ainda cresce 2% no PIB ano que vem. Então, há espaço para atender as reivindicações
21 salariais, que são importantes, e todos os reitores sempre afirmam que vão priorizar a
22 questão dos recursos humanos, e é importante buscar esse diálogo. O Cruesp ainda está
23 sob a presidência do professor Vahan, que não agenda a reunião; apesar de terem feito
24 várias tentativas, vão fazer nova solicitação em relação à negociação salarial de maio de
25 2021, cuja data-base ainda não terminou, com a promessa feita em 15 de julho de existir
26 essa reunião da comissão salarial. Em relação às despesas, precisam verificar, porque os
27 dados que vêm da pandemia da Europa assustam bastante, não sabem em que nível ela
28 vai chegar aqui no começo do ano que vem; poderão ter uma retomada total, com todas
29 as aulas voltando, como também poderão ter restrições. Em uma reunião anterior da COP,
30 aprovaram esses recursos da retomada para possibilitar o ensino híbrido, ou se preparar
31 para ter espaços maiores para atender os estudantes. Então, como foi baseada em 2019 a
32 despesa, que é a Unicamp em pleno funcionamento, também podem ter uma redução
33 nesses custos no ano que vem. Se há uma subestimação de receita e uma possibilidade de
34 ainda ter uma redução de custo, é perfeitamente possível incluir os 20% de reajuste em
35 janeiro já nesse orçamento, sem fazer alteração. A folha vai ficar em torno de R\$2,115
36 bilhões, aplicando os 20% ficaria R\$2,538 bilhões de folha. A RTE é R\$3,137 bilhões,
37 daria 80,9% de comprometimento, ou seja, pagando 20% de reajuste, ainda o patamar de
38 comprometimento acumulado no ano, dentro dessa arrecadação, que está subestimada,
39 ficaria em 80,9%, e se considerarem a receita própria, abaixo de 80%, daria 79,13%. Ou

1 seja, é preciso agilizar por conta da escalada inflacionária que estão vivendo e produzir
2 uma negociação efetiva em relação à questão salarial. Em relação ao auxílio-alimentação,
3 o sindicato havia protocolado R\$1.709, que é uma atualização desde janeiro de 2014, com
4 uma cesta de índice IGP, IPC-Fipe e IPCA-IBGE, isso em maio daria R\$1.409. Está sendo
5 atendido parcialmente, tem uma proposta de R\$1.270. O auxílio-alimentação foi uma
6 conquista de vários anos de luta do sindicato, e que de fato está tendo o atendimento
7 parcial do reajuste na proposta de orçamento para o ano que vem. Em relação ao auxílio-
8 criança, também está havendo atendimento, é um benefício que ficou congelado por
9 muitos anos. Passaram um período em que só se falava em crise, mesmo com dinheiro
10 em caixa; recorda-se que em 2018, a professora Marisa, fazendo a apresentação na COP
11 juntamente com o senhor Roberto Bosso, dizia que a projeção do estado era muito
12 otimista. Ele contestava na bancada do Conselho Universitário dizendo que o estado tem
13 vários instrumentos para atingir aquilo que ele coloca como arrecadação. Portanto, não
14 podem olhar a previsão e achar que eles não têm instrumento, e no final do ano
15 ultrapassavam até o que estava sendo atingido. Nos quatro anos de gestão do professor
16 Marcelo, houve um crescimento nominal de 20% na arrecadação, e repassou para o salário
17 3,7%, foi 1,5% em 2018 e 2,2% em 2019. Então havia espaço para também reajustar o
18 salário, mas não havia vontade política de fazer isso. Espera que agora isso mude.
19 Pergunta para o senhor Thiago quanto será a insuficiência financeira deste ano, no
20 orçamento vigente, porque ele mencionou a do que vem, que é R\$597 milhões, então
21 gostaria de saber mais ou menos com quanto vai fechar esse ano essa insuficiência. A
22 outra questão é o saldo financeiro. Não viu o gráfico, que sempre está na última página
23 da PDO, de quanto vai ficar na reserva financeira, e dessa reserva que vai ficar, quanto
24 será para o plano de investimento. Conversava antes da reunião com o professor Fernando
25 em relação a essa questão da autonomia universitária. Acha que a pandemia abriu uma
26 janela de oportunidades para a Universidade poder discutir essa questão da autonomia
27 universitária. Não sabe se é fato, mas talvez o que estão vivendo hoje seja decorrente da
28 decisão da USP de aceitar que a autonomia é derivada e não plena. A USP aceitou e
29 incluiu no seu orçamento questões da Lei de Responsabilidade Fiscal, colocou limite
30 prudencial de 80%, limite máximo de 85% de gasto, proibiu o Reitor nos últimos seis
31 meses de tomar qualquer medida. Pensa que esse é um debate importante a ser feito,
32 porque a autonomia da Universidade é muito frágil. É um decreto, e possuem autonomia
33 financeira, administrativa, didática, mas não possuem autonomia orçamentária. Isso fica
34 evidente naquilo que o Dória fez recentemente, dizendo que liberou R\$1 bilhão para as
35 universidades e os reitores tiveram de ir para a imprensa e repetir o que ele falou, sendo
36 que ele na verdade só liberou dotações que estavam na lei, que ele seria obrigado a liberar,
37 que é a diferença do que estava previsto para o arrecadado. Precisam evoluir para uma
38 autonomia plena, que incluía a autonomia orçamentária, que é possível; em vez de fazer o
39 decreto pelo governador, o próprio Reitor faria o decreto de criação de dotação.

1 Considerando o superávit deste ano, que na segunda revisão estava em R\$371 milhões,
2 no final do ano o Reitor poderia fazer uma portaria suplementando o seu próprio
3 orçamento, independentemente do governo do estado. Tem insistido, tanto aqui como
4 com as entidades, para retomarem esse debate, porque pensa que a pandemia abriu uma
5 possibilidade. O ano que vem é um ano eleitoral, e quando um novo governador assume,
6 ele vai olhar o caixa das universidades e pode querer retirar um superávit patrimonial da
7 Universidade, como o Dória quis fazer através da PL 529. Então pensa que devem fazer
8 uma frente para discutir com os candidatos essa questão da autonomia. As universidades
9 também podem levar para a sala de aula essa discussão, para informar os estudantes o que
10 significa a conquista da autonomia, porque é necessário que a Universidade tenha esse
11 poder de planejar o seu futuro, onde vai investir, poder decidir sobre isso. Vai encaminhar
12 pela aprovação da peça orçamentária, parabeniza a Aeplan e a PRDU e espera que de
13 fato, com todo esse cenário melhor em relação às finanças da Universidade, possam ter
14 um diálogo e chegar a algum consenso em relação também à questão salarial. O Professor
15 WAGNER DE MELO ROMÃO diz que faz coro às falas da professora Marisa e do
16 senhor José Luis. Há um conjunto de ações que sinaliza para a comunidade da Unicamp
17 que estão em um momento que não é só financeiramente mais positivo, mas de uma
18 atitude no caminho de recuperação, recomposição salarial, depois de muitos anos de uma
19 situação em que os salários de docentes, de técnicos administrativos, pessoal da
20 Saúde, estava muito longe de acompanhar a inflação. O senhor José Luis deve ter esse
21 número mais exato, mas de 2015 para cá são cerca de 25% de perdas salariais, de perda
22 do poder aquisitivo. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que de maio de 2012 até
23 agora, seria necessário um reajuste de 40,8% para repor as perdas. O Professor WAGNER
24 DE MELO ROMÃO diz que a proposta sinaliza nesse sentido de uma recuperação.
25 Precisam resolver a data-base de 2021 e encaminhar uma boa solução também para aquilo
26 que virá no ano que vem. Acha que as contratações e progressões são fundamentais, esse
27 é um debate que já está ocorrendo desde o período da campanha para a Reitoria. Isso
28 também é algo urgente, então cabe à COP aprovar nesse sentido, para que a Universidade
29 possa o mais rapidamente possível promover essas contratações e as progressões na
30 carreira, tanto na Carreira Paepe, como na carreira docente e nas carreiras especiais. Acha
31 que é muito importante a questão dos reajustes nos auxílios também, mas, sobretudo,
32 parabeniza a proposta pelos recursos e reajustes sobre as bolsas de permanência. Vão
33 enfrentar agora uma Universidade diferente daquela que tinham em 2019, com uma
34 entrada maior, e isso é muito positivo, pelo menos desses estudantes que entraram em
35 2020, 2021, de estudantes que realmente necessitam de auxílio para permanecer na
36 Universidade. Infelizmente os números do Enem e o das inscrições para a Comvest
37 indicam que há muito menos estudantes advindos da escola pública, estudantes pretos e
38 pardos, inscritos para o vestibular da Unicamp. Isso é algo que precisam retomar, mas
39 dos estudantes que entraram em 2020 e 2021, há um conjunto muito expressivo de

1 estudantes que certamente precisam de auxílio para permanecer na Universidade. A
2 Universidade tem essa missão, essa tarefa de prover a permanência, não apenas o acesso,
3 mas a permanência dos estudantes. Ressalta a questão da insuficiência financeira que o
4 senhor José Luis mencionou: 19% dos recursos do tesouro estadual ainda vão para o
5 pagamento da insuficiência financeira, e acha que seria interessante ter mais informações
6 sobre como está isso. A Universidade não deveria arcar com esse custo, que é um custo
7 que tem de ser pago, obviamente, é direito das pessoas que estão aposentadas, dos
8 pensionistas, mas que deveriam rever junto ao governo do estado. Sabe que essa é uma
9 luta de muitos e muitos anos, mas quis pontuar isso aqui também. Ficou com três dúvidas.
10 Uma menor, sobre a questão da energia elétrica: ficou curioso para saber sobre o salto de
11 2018 para 2019, para entender o que aconteceu naquele momento. Outra questão é que
12 estiveram nas últimas reuniões da COP intensamente discutindo as suplementações dos
13 recursos para a área da Saúde, que foi algo que aconteceu nos últimos anos, embora não
14 tenha acontecido em 2020, pelas questões que já discutiram aqui nas reuniões anteriores.
15 Mas solicita que falem um pouco a respeito disso, do que foi pensado, não a respeito de
16 consultoria ou de como modificar a gestão na área da Saúde, mas exatamente da questão
17 orçamentária, como pensaram isso, qual é a previsibilidade desses custos relativos à área
18 da Saúde. E, por fim, acha que é importante a missão que a Universidade tem, não só para
19 arrumar a casa, ou seja, promover reajustes de salários, que estão muito defasados nos
20 últimos anos, e os outros auxílios também, mas algo que diz respeito exatamente à relação
21 da Universidade com a comunidade externa. Uma das discussões que está tomando conta
22 da Universidade é sobre a retomada, a outra é a questão da curricularização da extensão.
23 Pensa que essa oportunidade da curricularização da extensão pode ser muito benéfica para
24 a relação da Unicamp com a sociedade. Mas, para isso, também vão ter de pensar em uma
25 outra dimensão de custo. Extensão universitária não é uma coisa que pode ser feita com
26 pouco recurso, ela exige mais recursos para que possam realmente articular a extensão à
27 pesquisa e ao ensino, e que possam, portanto, prever custos, prever as ações que virão.
28 Sabe que é difícil fazer isso neste momento, porque vai ser realmente na retomada de
29 2022 que terão mais noção a respeito disso, mas isso vem também de outras despesas,
30 acha que de novas despesas. Não está dizendo que o edital ProEC é para isso, mas
31 constam R\$819 mil propostos para o edital ProEC e lhe parece que repete o que aconteceu
32 no ano passado. Pensa que talvez não seja no caso dos editais ProEC, mas percebeu que
33 os editais de 2021 foram muito mais acessados, buscados, então talvez seja bom conversar
34 com o pessoal da ProEC, com o professor Fernando Coelho. Sua percepção é que esses
35 editais, apesar de terem sido muito mais buscados, acabaram mantendo o mesmo recurso,
36 e muitas pessoas que têm projetos de extensão muito interessantes, inclusive já em
37 andamento, não conseguiram renovar os seus projetos de extensão. Uma coisa são os
38 projetos de extensão, outra coisa é a curricularização de extensão. Elas têm uma conexão,
39 mas talvez prever algum recurso a mais, aumentar um pouco os recursos para os editais

1 ProEC, acha que isso já é um indicativo bem interessante, e devem estar atentos a essa
2 necessidade, que talvez não seja nem para 2022, mas se fizerem essa curricularização da
3 extensão de uma maneira condizente com os desafios que a Universidade tem, acha que
4 esse vai ser mais um item de despesa da Universidade para os próximos anos. Parabeniza
5 o senhor Thiago, o professor Fernando, a equipe da Aeplan, a equipe da PRDU pelo
6 trabalho todo desenvolvido. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI manifesta
7 sua satisfação, assim como o fez a professora Marisa, de participar de uma reunião da
8 COP e de uma discussão de proposta orçamentária em um cenário bem diferente daquele
9 que enfrentaram nos anos anteriores, e também parabeniza pela forma de apresentação.
10 De um ano para outro há pequenas mudanças, e as mudanças neste ano, além do tom
11 geral, que são obra da conjuntura, ocorreram também na forma de apresentação, o que o
12 deixou bastante satisfeito. O que não está tão claro no texto, mas na fala do professor
13 Fernando ficou muito claro, é a questão dos três eixos, que considera uma boa forma de
14 encaminhar. Infraestrutura, valorização pessoal e permanência e assistência, acha que os
15 três são complementares e que o tom está adequado. Diz que às folhas 02, na primeira
16 linha, há menção a um acréscimo no valor de R\$10, e não sabe se seria R\$10 mil, R\$10
17 milhões, ou se é R\$10 mesmo. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que é R\$10
18 mesmo. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que às mesmas folhas, no
19 segundo e terceiro parágrafos, há algumas frases bem truncadas, que seria bom
20 verificarem. Na frase “Salienta-se que o fator de crescimento da arrecadação apresentado
21 no projeto da LOA aparenta ser superior à avaliação nominal da arrecadação”, não sabe
22 se é nominal ou real, achou que ficou um pouco confuso esse trecho. E mais para a frente,
23 às folhas 14, quando há referência ao Programa de Atualização Tecnológica, são
24 mencionados R\$22 reais, mas seriam R\$22 milhões. Não sabe se houve alguma confusão
25 de sua parte, mas historicamente esse programa foi, como está mencionado no
26 documento, para atualização da parte computacional dos órgãos da Administração
27 Central e da área da Saúde. A chamada que está aberta agora, para a qual as unidades
28 mandaram as suas demandas totais, e que acha que não têm definição ainda, não é só para
29 a área da Saúde e para a Administração Central, é para as unidades também. Não sabe se
30 está faltando mencionar “unidades”, ou se esse é outro programa. Ficou bem destacado
31 nas falas tanto do senhor Thiago quanto do professor Fernando que há uma novidade
32 importante, que ainda não é o caso de constar com mais detalhes no documento, mas se
33 puderem falar alguma coisa de detalhamento, que é o planejamento plurianual para o uso
34 das reservas, uma ideia com a qual concorda e sobre a qual já vinham conversando.
35 Evidentemente, trata-se do uso de um excesso de reservas a partir de determinado valor,
36 mantendo um patamar mínimo de segurança. Pergunta se a instância para decidir sobre
37 isso é a COP, se a proposta será apresentada primeiro aqui ou em outra instância acima
38 ou abaixo, se há alguma ideia, se estão trabalhando com algum patamar mínimo de
39 reservas. Historicamente se falava na Unicamp que era preciso ter, no mínimo, uma folha,

1 então pergunta se é uma, se são duas, três, se o critério é a folha, ou é um valor absoluto.
2 E está claro, pela fala do professor Fernando, que a destinação prioritária é para projetos
3 de investimento, para evitar que esse uso seja feito com coisas do dia a dia, com gastos
4 correntes. Pergunta se seria na linha dos projetos prioritários, daquela lista da Depi, ou se
5 há alguma definição ou encaminhamento, mesmo preliminar, a respeito disso, porque
6 acha que isso vai aparecer e gerar bastante dúvida à frente. Outra novidade é a reserva de
7 contingência, para frustração de receitas e previsão de aumento salarial. É louvável ter
8 uma sinalização de um valor que aponta a intenção de fazer frente à correção dos valores
9 das remunerações dos funcionários e docentes. Isso do ponto de vista orçamentário é uma
10 novidade, deixar nos projetos especiais uma reserva de contingência, alguma coisa a
11 respeito disso. Sobre o tom geral, achou adequado também, é um misto de realismo com
12 conservadorismo. Acha que está em uma linha interessante porque, de fato, existem
13 riscos, e o balanço de riscos é neutro, tem riscos de o valor da arrecadação ser maior e
14 tem riscos de ser menor também. No entanto, muito possivelmente o crescimento do PIB
15 nacional vai ser bem menos do que 2% ou 1%, tem muitas consultorias já falando em
16 número negativo para o PIB nacional ano que vem. Mas como falou o senhor José Luis,
17 o comportamento do PIB do Estado de São Paulo e da arrecadação parece estar se
18 descolando um pouco do PIB nacional. Sobre o gasto com pessoal, solicita confirmação
19 se há uma rubrica de R\$60 milhões para o atendimento do Plano de Desenvolvimento das
20 Carreira. Na discussão feita no primeiro semestre, que aprovou a sistemática de
21 atendimento às demandas de promoção das três carreiras, o número máximo a que se
22 havia chegado era R\$40 milhões, supondo que todos que têm direito, 1/3 dos funcionários
23 e todos que têm tempo e condições pudessem ser promovidos etc., então há uma fórmula
24 já prevista para dar conta de contratações, além daquelas que já estão previstas no item
25 para contratações. Também sentiu falta do valor das reservas do caixa, que às vezes
26 aparecia na apresentação, em um gráfico, e daquele outro gráfico que aparecia em anos
27 anteriores, que possuía duas barras, do valor de um ano e do outro, quanto utilizava do
28 Grupo X, que transfere de um ano para o outro etc. Pelo menos ao apresentar acha que é
29 útil, essa informação visual ajuda. No mais, parabeniza pela apresentação e diz que está
30 bastante satisfeito com o fato de que pelo menos este ano essas discussões são bem mais
31 interessantes do que aquelas em que procuravam de onde tirar recursos. O Professor LUIZ
32 CARLOS ZEFERINO diz que muito do que a professora Marisa falou contempla seu
33 entendimento da proposta de distribuição orçamentária. Ao longo dos anos, em todas as
34 dificuldades, acompanha o trabalho da Aeplan e da PRDU, e é sempre um trabalho, na
35 sua percepção, no seu entendimento, bem qualificado. Obviamente não é economista, mas
36 presta muita atenção na análise dos economistas, do professor Fernando, do professor
37 Biancarelli, mas também de todos aqui presentes. O último quadro apresentado nessa
38 proposta de distribuição orçamentária, Quadro 46, existe somente nas últimas quatro
39 propostas de distribuição orçamentária, incluindo aqui a de 2022. Esse quadro não existia

1 antes. Vem acompanhando esse percentual, que na proposta de distribuição orçamentária
2 para 2022 atribui 17,08% para a área da Saúde, excluindo os itens que estão no rodapé da
3 tabela. Mas olhando na proposta de distribuição orçamentária de 2019, esse valor nominal
4 era R\$498 milhões, e correspondia a 20,89% do orçamento. Essas propostas todas estão,
5 como todos sabem, disponíveis no *site* da Aeplan. Em 2020, foi para 20,71%, caiu um
6 pouco. Em 2021, esse percentual veio para 19,56%, e para 2022 está em 17,08%. Dessa
7 forma, tem havido uma redução progressiva da participação no orçamento das unidades
8 da área da Saúde, com essa metodologia descrita aqui. Pessoalmente vem acompanhando
9 esse fenômeno, pela Tabela 1, que está às folhas 31, que contém o quadro geral de
10 distribuição da proposta orçamentária por unidade, o que inclui todos os grupos, de I a
11 IX. Há uma série bem longa, desde 1999, dessa tabela disponível nas propostas de
12 distribuição orçamentária, no *site* da Aeplan. Ela contém um consolidado, então soma os
13 orçamentos do HC, Caism, Hemocentro, Gastrocentro, Cipoí, que estão na primeira
14 coluna da esquerda, e na última coluna direita estão as unidades. Soma o consolidado do
15 orçamento dessas cinco unidades e calcula qual é o percentual desses orçamentos, a
16 somatória do orçamento em relação ao orçamento total da Universidade. Em 1999, 2000,
17 tinha picos de 20%, veio caindo progressivamente, em 2018 17%, 2019 17% também,
18 então há uma variação de aproximadamente -3% em participação, seguindo o que mostra
19 essa tabela. Trata-se de um fenômeno interessante, porque a área da Saúde não vem
20 incorporando custos no orçamento da Universidade, de acordo com esses dados. A sua
21 análise não é uma análise criteriosa, ela é global, pela somatória dos valores que estão
22 colocados. O senhor Thiago comentou que os dados da área da Saúde foram R\$506
23 milhões em na proposta de 2021 e R\$535 milhões na de 2022, portanto um acréscimo de
24 R\$30 milhões, mas ele significa um aumento de 5,9%, menor do que a inflação do
25 período, que foi mencionada na proposta como tendo sido de 10,6%. Então, o orçamento
26 do conjunto da área da Saúde dentro da proposta de distribuição orçamentária em 2022,
27 em relação a 2021, no seu conjunto, está corrigido em 5,92%. Esse é um fenômeno que
28 cabe a analisar, porque, em paralelo a isso, têm discutido suplementações, como o fizeram
29 na última COP, importantes para a área da Saúde. É importante para a Universidade
30 entender melhor isso, pois os dados demonstram que a área da Saúde não vem ampliando
31 a sua participação no orçamento da Universidade, mas sim reduzindo. O senhor JOSÉ
32 LUIS PIO ROMERA diz que a professora Marisa falou de uma lista antiga de obras, então
33 pergunta se estão seguindo aquilo ou mudaram os critérios. O Professor EDSON TOMAZ
34 diz que se junta aos demais colegas e parabeniza a equipe por essa proposta orçamentária,
35 como sempre ficou muito bem elaborada. Tem duas perguntas, uma delas é uma
36 curiosidade a respeito da previsão de saldo em caixa para dezembro de 2021, e a segunda
37 está associada àqueles recursos não realizados, que ficam com as unidades e Depi etc.,
38 que realmente deu um salto de cerca de R\$120 milhões para R\$200 milhões, uma
39 diferença de 80 milhões. O senhor Thiago inclusive mencionou que era justamente aqui

1 nesses recursos que ficaram disponíveis para investimentos relacionados com retorno.
2 Gostaria de entender um pouco do que se trata essa diferença. O senhor THIAGO
3 BALDINI DA SILVA, respondendo ao professor André e ao senhor José Luis, diz que
4 optou por não colocar o gráfico que eles mencionaram, até para não misturar, porque
5 quando falam que o saldo financeiro vai ser utilizado no plano plurianual, vão dividir isso
6 lá na frente. O saldo financeiro estava em R\$930 milhões no início de novembro, é lógico
7 que agora teve todo o impacto, já foi feito o pagamento da segunda parcela do décimo
8 terceiro, não têm fechado ainda o final de novembro. Sobre a insuficiência financeira, foi
9 apresentado o valor de R\$597 milhões, hoje está um pouco abaixo disso, mais ou menos
10 R\$560 milhões em 2021. Sobre as questões sobre energia elétrica, quando o professor
11 Wagner citou o salto em 2019, esse salto foi o novo contrato de energia elétrica; então
12 quanto fizeram o novo contrato, ele passou a esse patamar, tanto que nos últimos anos
13 não tem essa mudança exatamente por isso, porque apesar de ter o reajuste em parte do
14 sistema, os 70% contratados possuem um valor fixo, que tende a se reduzir ano a ano,
15 então isso vai se acomodando e se mantém, por isso disse que no novo contrato talvez
16 tenha esse aporte maior. É isso que deu impacto lá atrás, provavelmente vai dar um
17 impacto também na próxima renovação. O SENHOR PRESIDENTE observa que a
18 Unicamp talvez seja a única universidade no Brasil hoje que compra no mercado livre,
19 em leilão, e possuem um levantamento bem preciso da economia que a Universidade fez
20 por conta dessa estratégia, que podem depois apresentar. Entretanto, esse valor oscila, e
21 como bem colocou o senhor Thiago, como o contrato vence e agora estão no momento
22 de pico do preço no kWh, isso vai ter um impacto. O senhor THIAGO BALDINI DA
23 SILVA diz que na área da Saúde foram mantidas as previsões anteriores, inclusive
24 pensando nas dificuldades de fazer as estimativas. Também não tinham um parâmetro
25 exato do que seria a área da Saúde pós-pandemia, porque como houve esse aumento
26 elevado no número de pessoas atendidas, outros recursos, tudo isso mexe no orçamento,
27 então preferiram não arriscar. Vão acompanhar em 2022, fazendo essa análise e tentando
28 fazer ajustes. Não vai entrar muito no assunto da curricularização da extensão, pois não é
29 sua área, mas sobre os editais da ProEC foram solicitados valores maiores, porém
30 mantiveram com base no saldo existente. Já vem gerando saldo de anos anteriores, então
31 é mais que os R\$819 mil, e juntando a pergunta do professor Edson, observa que tem
32 mais de R\$1 milhão de caixa, além dos R\$819 mil. Então existe saldo maior, e já estão
33 imaginando novos editais, alguns aumentos. Sobre os acertos no texto apontados pelo
34 professor André, realmente no PACT faltou a palavra “milhões”, assim como “unidades
35 de ensino”; escreveu pensando nas unidades administrativas mas digitou “Administração
36 Central”. Aquele valor de R\$10 mencionado é R\$10 mesmo, ele aparece na LOA. Sobre
37 os valores da progressão, imaginam exatamente cumprir o que foi definido pelo Cruesp,
38 tanto que quando apresentam os R\$60 milhões, que tem um aumento no patamar limite,
39 esse patamar está contemplando também as contratações, estão os dois juntos. Então, o

1 que faltou, e inclusive esperaram para refinar melhor esses dados, é para dividir o valor
2 até entre as carreiras, e pensando também nas carreiras especiais. O SENHOR
3 PRESIDENTE diz que em relação a esses R\$60 milhões, como o senhor Thiago colocou,
4 aqui estão previstas aquelas progressões, lembrando que aprovaram no Consu um valor
5 referencial de 1,7% dos recursos, que eram 0,8% na progressão MS, 0,7% na progressão
6 Paepe e 0,2% de pesquisadores e carreiras especiais. O que está excedendo aqui é porque
7 aqui estão previstas as contratações novas, que ocorrerão ao longo de 2022, porque as
8 contratações que foram interrompidas pela lei complementar 173 já estão orçamentadas
9 na folha de pagamento. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA resalta que o valor
10 das contratações represadas que já foram aprovadas na CAD está apresentado na primeira
11 linha de folha de pessoal. Os R\$60 milhões representam só o valor das novas
12 contratações, que passarão nas câmaras de 2022. O professor André mencionou a linha
13 da reserva de contingência no orçamento, que é uma novidade no passado recente, mas
14 ela está sendo lançada exatamente como sempre foi lançada até 2015. Acha que 2015 foi
15 o último ano em que tiveram reserva de contingência pensando nesse ajuste e no reajuste
16 salarial. Em 2015, já eram valores muito reduzidos, e agora estão voltando ao que sempre
17 foi feito. O professor André também perguntou do gráfico que continha o valor do caixa
18 e que trazia aquelas divisões; já havia conversado com o professor Fernando esta semana
19 que vão trazer de volta esse gráfico quando estiverem fazendo estudo da reserva
20 estratégica. Quando estiverem desenhando o plano plurianual, trarão aqui as sugestões de
21 fazer todas aquelas faixas que existiam anteriormente, de qual é a linha mínima, se de
22 uma folha, três folhas, qual é o valor mínimo para ter um colchão, qual valor já está
23 previsto nesse saldo e fazer esse balanceamento de quanto podem avançar ou não. Esse
24 gráfico vai ser teoricamente a base do processo de planejamento, de ver os patamares, e
25 entendem que isso vem para a COP para fazer análise financeira, e depois de cada projeto
26 veem como segue e como fazer essa nova governança. O professor Zeferino tem toda
27 razão quando fala da redução da porcentagem da área da Saúde dentro das receitas do
28 tesouro do estado, mas lembra que em 2019 tinham 99% de comprometimento com as
29 despesas do exercício, e este ano a previsão é 95,5%. Então, não quer dizer que houve
30 redução na área da Saúde. Toda a Universidade diminuiu seu comprometimento, é sempre
31 bom fazer essa relação, porque senão parece que estão liberando menos recursos. E o que
32 estão mencionados são os valores iniciais, não os valores finais, então não entram as
33 outras suplementações que acontecem durante o ano. Mas o professor Zeferino tem razão
34 que a Saúde não está no orçamento inicial avançando, considerando a inflação, esses
35 valores a mais. Ela está mantendo, o que acontece com a Universidade de uma forma
36 geral no início da proposta, independentemente se há suplementações no ano ou não. O
37 senhor José Luis perguntou da lista de obras, e informa que algumas daquelas priorizações
38 já tinham sido programadas pela Aeplan, são os valores que entram na última linha do
39 Grupo X, então esses valores continuaram ali. Quando a lista foi para a Depi, R\$40

1 milhões foram programados inicialmente, esse valor está sendo reduzido pela execução,
2 e o restante da lista acabou, de uma forma ou outra, entrando na Depi para as
3 repriorizações. Então há itens que já foram executados pela Depi e há itens que estão fora.
4 O que estão apresentando, aqueles R\$20 milhões, são as demandas mais atuais que
5 surgiram, algumas demandas para moradia, para o SAE, Sappe, para atendimento de
6 discentes, algumas questões que surgiram e não têm ligação direta com aquela lista. O
7 professor Edson perguntou quanto aumentou do saldo das unidades, e informa que estão
8 passando de um valor de R\$66 milhões em 2021 para R\$97 milhões. Se dividirem em
9 quatro grupos, como aparece na proposta, os dois primeiros são os que realmente têm
10 grande impacto. No caso dos R\$30 milhões que são os recursos de saldos nas unidades,
11 é bom frisar que não são apenas de custeio da unidade; o recurso daquelas obras que estão
12 sendo feitas, que já foram suplementadas, também está aí dentro. O que também causa
13 bastante impacto nisso são principalmente as obras da Depi, com um aumento de R\$20
14 milhões; o programa de retomada em grande parte não foi executado, então apesar de ter
15 sido programado, não teve tempo hábil de se executar. Dentro desses também há o
16 acréscimo de saldos dos editais da extensão, e também teve um aumento do recurso em
17 caixa de pouco mais de R\$4 milhões sobre os planejamentos estratégicos, que são os
18 R\$12 milhões que entraram no passado, não foram totalmente executados e estão
19 causando esse impacto, um aumento de R\$30 milhões nas unidades e R\$54 milhões
20 nesses recursos a suplementar. O SENHOR PRESIDENTE diz que quando se referem ao
21 saldo financeiro de novembro, de R\$930 milhões, é importante entender que dentro desse
22 saldo há aqueles recursos programados, como o senhor Thiago colocou, que ainda não
23 foram empenhados, então isso teria de ser subtraído se quiserem pensar no saldo
24 realmente disponível, que é esse que vão apresentar dentro do plano plurianual que será
25 trazido para discussão na COP. Será uma proposta de como tratar esses recursos da
26 reserva, mantendo uma reserva estratégica proporcionalmente às folhas. Não possuem
27 um número fechado, ele será discutido aqui, mas parece que é algo tranquilizador, e foi
28 mais ou menos o patamar com que a Universidade sempre trabalhou, em termos de três
29 folhas. Portanto, seria algo em torno de R\$600 milhões, em valores de hoje, e o restante,
30 portanto, podem programar para um investimento, pensando em um período de três a
31 quatro anos, dentro desse orçamento plurianual, que poderia, e acha que é a grande
32 mudança aqui, contemplar com isso alguns grandes projetos que a Universidade precisa
33 fazer, que hoje, na sistemática que adotaram dentro da Depi, não são possíveis. Como
34 exemplo, possuem há muito tempo uma demanda colocada pela FCA para a construção
35 do novo prédio. Esse novo prédio está orçado em cerca de R\$75 milhões, valor que
36 precisa ser devidamente atualizado. Na forma como trabalham hoje o orçamento, e os
37 recursos destinados da Depi, é impossível contemplar algum investimento de uma
38 grandeza como essa. Se projetam isso para três anos, estão falando de orçar R\$25 milhões
39 anuais, dependendo do fluxo de caixa, e já se torna mais possível. Isso não seria do

1 orçamento, a ideia é que utilizem exatamente as reservas para que possam ter esses
2 investimentos. Isso será trazido com muita transparência, vão discutir aqui na COP, mas
3 manterão uma reserva estratégica importante para mudanças que possam vir a ocorrer no
4 cenário brasileiro, e ao mesmo tempo dar uma destinação, pois entendem que a questão
5 do investimento é importante. Vão separar estoque de fluxo, colocando dentro do
6 orçamento todas essas demandas que estão aqui hoje representadas, inclusive os três eixos
7 que mencionou no início de sua fala, que são a valorização pessoal, a questão da
8 assistência e permanência estudantil, e os investimentos em infraestrutura. Acha que a
9 pergunta do professor Edson foi respondida, em relação à diferença dos R\$80 milhões. O
10 professor Zeferino tem toda razão que não aumentou a participação da área da Saúde no
11 orçamento, embora também, como colocou bem o senhor Thiago, talvez a melhor
12 referência aqui não seja exatamente a proposta de distribuição orçamentária, mas o
13 fechamento do orçamento 2021 que será apresentado em fevereiro, porque incorpora as
14 suplementações e também alguns outros itens associados a custeio e investimento. Diz
15 que estão longe de atender todas as demandas, e demandas necessárias; não está dentro
16 desse orçamento que foi colocado aqui, por exemplo, a questão da climatização, que é
17 uma demanda muito antiga e muito justa, para a área dos hospitais. E também o sistema
18 AGHUse, que entendem como um outro investimento fundamental no sentido de gerar
19 uma maior eficiência gerencial e também do ponto de vista do acompanhamento de todo
20 o procedimento dentro dos hospitais. Mas não diria que foi apenas a área da Saúde que
21 perdeu, como o senhor Thiago já explicou. Saíram de um patamar em que todas essas
22 despesas correspondiam praticamente a 100% das receitas, e agora estão trabalhando com
23 um patamar de 95%, o que quer dizer que todos os órgãos perderam cinco pontos
24 percentuais em relação à participação na receita. Portanto, isso foi algo generalizado, em
25 outros órgãos também vai aparecer essa redução, não apenas na área da Saúde; a ideia foi
26 de ter uma distribuição equânime a partir das demandas internas. Uma questão importante
27 e que extrapola a COP, levantada pelo senhor José Luis, é que parece haver um
28 entendimento um pouco equivocado sobre a questão da autonomia. Autonomia não pode
29 ser confundida com independência; a Universidade é uma autarquia, ela responde ao
30 governo do estado, o que não quer dizer uma subordinação. Há autonomia na utilização
31 dos recursos que recebem, mas precisam tomar cuidado, porque às vezes dá impressão de
32 que podem fazer o que querem, mas não é e nem deve ser assim. Devem o tempo inteiro
33 prestar contas à sociedade, além do governo. A segunda questão é que acha que fica uma
34 confusão do que foram essas autorizações orçamentárias realizadas pelo governo do
35 estado. A partir do início do ano, dentro da LOA, o estado colocou uma previsão
36 orçamentária de R\$3,1 bilhões, e devem fazer a estrutura orçamentária para o uso desses
37 R\$3,1 bilhões, que vão se confirmar ou não ao longo do ano. Então, não devem confundir
38 a questão orçamentária com o fluxo financeiro. O fluxo financeiro é recebido
39 mensalmente em duas parcelas, a primeira junto à folha de pagamento e a segunda no dia

1 20. E a partir daí há sempre uma previsão, pois o próprio estado não sabe dizer naquele
2 mês qual vai ser exatamente a arrecadação. Ele faz uma previsão, corrige isso no dia 20,
3 se essa previsão foi inferior ou foi superior. Então, já vai havendo uma aproximação muito
4 maior do fluxo financeiro ao longo do ano. Quando a própria Secretaria percebe que a
5 arrecadação vai ser superior ou inferior, ela fornece uma nova dotação orçamentária, uma
6 nova autorização ou para contingenciar, porque diz que não vai entrar aquele recurso que
7 estava inicialmente previsto, ou uma autorização para se poder gastar mais porque a
8 entrada de recurso é superior àquela dotação inicial. Mas os recursos propriamente ditos
9 já estão, a maior ou menor, dentro da própria Universidade. Outra questão é que o
10 governador fala o que ele quiser na imprensa, não cabe à Universidade responder ao
11 governador; cabe a ela fazer a gestão do seu orçamento, é isso o que entende por
12 autonomia. Não vão fazer uma briga política por conta disso. Ele diz que está havendo
13 mais recurso porque a arrecadação cresceu, porque o crescimento do estado tem sido
14 superior ao crescimento nacional, essa é uma outra discussão. Acha que se cabe fazer
15 algum debate sobre isso, é por meio do sindicato, das associações que representam os
16 interesses, a Universidade não tem de entrar nessa disputa. A Universidade é um órgão
17 do governo, com autonomia, mas não com independência; devem separar esses dois
18 conceitos. Estão limitados por várias regras, e a lei complementar 173 valeu para todos,
19 não só do estado, mas nacionalmente, e a respeitaram, seguindo a orientação da
20 Procuradoria Geral. Vencido esse processo, no dia 31 de dezembro, terão de reprogramar
21 quais são as condições que possuem para executar o orçamento. A USP tem todo o direito
22 de criar dentro dela uma regra para sua execução orçamentária, com 85% dizendo que
23 deve contemplar toda discussão com relação à folha, com relação a contratações,
24 progressões. Cada uma vai fazendo a sua gestão, mas a decisão propriamente dita em
25 relação a reajuste é feita em conjunto com todas as universidades. Cada uma tem a sua
26 pauta específica, o que ficou muito claro no orçamento da Unicamp hoje, em relação ao
27 vale-alimentação; outras adotam vale-alimentação e vale-refeição, e os recursos são
28 diferentes, mas na questão específica dos salários sabem que isso é uma decisão conjunta,
29 e as condições financeiras das três universidades são bastante diferentes. Tudo indica que
30 as três melhoraram as suas condições, mas ainda há uma diferença importante entre USP,
31 Unicamp e Unesp, e acha que isso reforça que atuem conjuntamente frente a várias
32 demandas que as universidades têm. O Professor LUIZ CARLOS ZEFERINO diz que o
33 fechamento orçamentário da Universidade não vem especificado por unidade, ele é
34 global. A proposta de distribuição orçamentária é por unidade, mas o fechamento é global,
35 então não ficam sabendo, dos valores previstos na distribuição orçamentária, quanto
36 efetivamente foi executado para cada unidade. Na época do professor Hermano, quando
37 era superintendente do Caism, recorda-se de ter solicitado a informação do quanto havia
38 sido executado do orçamento no ano anterior para o Caism. Analisou o dado em relação
39 à proposta inicial da distribuição orçamentária e ao final, e o valor total executado era,

1 naquele ano específico, menor do que o que estava na proposta de distribuição
2 orçamentária, focando no item de pessoal. Solicitou explicação, tentando compreender,
3 mas sem uma análise mais cuidadosa, seu entendimento foi que como possuem uma
4 rotatividade alta de profissionais na área da Saúde, ao longo do ano há um período em
5 que o profissional saiu e que não houve substituição. Às vezes, precisam até fazer um
6 concurso, então tem dois, três, seis meses que o recurso está orçamentado, mas ele acaba
7 não sendo executado. Anterior ao professor Hermano, na gestão do professor Martins,
8 discutiram essa questão da execução orçamentária da área da Saúde com pessoal. Era um
9 momento em que se contratava, havia maior liberalidade para contratar profissionais da
10 área pela Funcamp, depois o Ministério Público impôs restrições, definiu o número de
11 vagas etc., mas naquele período havia menos restrições. Então o professor Martins, para
12 gerenciar essa rotatividade, estabeleceu um quadro para o Caism, um quadro para o HC,
13 daqueles profissionais. Ele estabeleceu um valor médio de salários, e se em determinado
14 mês o Caism tivesse, por exemplo, 30 vagas não preenchidas e o HC tivesse 100 vagas
15 não preenchidas, ele multiplicava essas 30 vagas do Caism e essas 100 vagas do HC por
16 esse valor médio e repassava para o HC e Caism, para que pudessem financiar essa mão
17 de obra via Funcamp. E esse montante não era pequeno, era um montante expressivo.
18 Então, era uma compensação e utilizavam muito a Funcamp para gerenciar esse déficit
19 em razão da rotatividade dos profissionais de Saúde. Quando o professor Hermano
20 assumiu, ele suspendeu esse repasse, no começo tiveram dois anos com dificuldades, e
21 depois, nos últimos dois anos do professor Hermano, ele estabeleceu vários mecanismos
22 de reposição automática, que não passava por análise nenhuma, foram estabelecidos
23 valores quantitativos junto à PRDU e saindo um profissional a DGRH já repunha
24 automaticamente, independentemente de qualquer análise, independentemente de
25 qualquer comissão. Foi na gestão do professor Hermano que a CVV e a CVND foram
26 criadas, mas essa sistemática de reposição da área da Saúde tramitava de forma muito
27 rápida exatamente para reduzir o tempo, que é uma questão crítica para o funcionamento
28 da área da Saúde. Então, na sua análise, por aquilo que conhece, não possuem um
29 consolidado da execução orçamentária para a unidade de Saúde. Se é mais ou menos, com
30 correção da inflação, com as suplementações, acabam ficando sem saber, ele pelo menos
31 não possui esse dado. Todas as análises longitudinais que consegue fazer se baseiam nas
32 propostas de distribuição orçamentárias. Quando analisa a Tabela 1, às folhas 31, o
33 denominador é o custo da Universidade, e quando analisa o último quadro, comentado
34 pela professora Marisa, o denominador é a receita, é o repasse do tesouro do estado.
35 Portanto, são percentuais diferentes, é lógico que em 2022 tem um crescimento
36 importante desse valor, mas tiveram três anos de restrição orçamentária em que o
37 percentual da área da Saúde caiu sucessivamente. Não havendo mais observações, o
38 SENHOR PRESIDENTE submete à votação a Proposta de Distribuição Orçamentária
39 para 2022, que é aprovada por unanimidade. Observa que a construção de uma peça

1 orçamentária não é algo trivial, nem do ponto de vista técnico, nem do ponto de vista
2 político. Entendem que todas as demandas da Universidade merecem ser levadas em
3 consideração, são demandas importantes, mas precisam trabalhar dentro dessa restrição.
4 Como colocou desde o início, a diretriz é ter a sensibilidade na Aeplan e na PRDU,
5 tentando atender, dentro do possível, esses pleitos, respeitando as condições e o equilíbrio
6 orçamentário. Entende, pelas falas, que houve a compreensão da COP sobre essa questão,
7 e agradece a todos pela participação e contribuição. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline
8 Marques, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores Membros
9 da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 25 de
10 novembro de 2021.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 148ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 24
de fevereiro de 2022, sem alterações.*